

Se quiser receber diretamente estes estudos envie mensagem para edr2@netcabo.pt

UM PAÍS, UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EMPRESAS E PARTICULARES QUE CONTINUAM ENORMEMENTE ENDIVIDADOS

O governo tem procurado fazer passar a ideia junto da opinião pública que a redução da dívida pública é uma tarefa fácil e que, em poucos anos, vai conseguir o “milagre” de a diminuir significativamente, mesmo que seja à custa do investimento público e da continuação da degradação dos serviços públicos. A forma fácil e deslocada (*numa resposta .a um jornalista*) como o ministro das Finanças afirmou que o governo estava disponível para apoiar o Montepio, cuja Associação Mutualista enfrenta uma situação difícil, consequência de uma gestão megalómana e desastrosa, que inclui atos de má gestão, que temos vindo a denunciar há vários anos sem que os supervisores do Estado façam alguma coisa, é chocante. Só entre 2007 e 2015, os apoios do Estado à banca agravaram a dívida pública em 20,6 mil milhões €, e após aquele ano esses apoios não terminaram. No Orçamento de Estado para 2018 estão previstos mais 792 milhões € para o Fundo de Resolução, sendo 450 milhões € para o Novo Banco que continua a acumular todos os anos prejuízos enormes. E tudo isto é pago pelos contribuintes. E depois não há dinheiro para a educação e para o Serviço Nacional de Saúde, para o investimento público e para pagar pensões dignas; depois não há dinheiro para eliminar o fator de sustentabilidade e para atualizar os salários dos trabalhadores da Função Pública que se encontram congelados desde 2009, etc., etc., mas há sempre dinheiro fácil para a banca para “tapar” atos de má gestão de quem não se pedem responsabilidades

DÍVIDA PÚBLICA QUE NÃO PARA DE CRESCER SENDO UMA AUTÊNTICA BOMBA AO RETARDOR

Contrariamente à ideia que muitas vezes se pretende dar, a dívida pública não tem diminuído em valor absoluto. O quadro 1, com dados divulgados recentemente no Boletim Estatístico do Banco de Portugal de Março de 2018, prova isso.

Quadro 1 – Dívida Pública e seu financiamento – 2013/2018

ANOS	DÍVIDA PÚBLICA - Em mil milhões €			
	Administrações Públicas -Total	Dívida na ótica de Maastricht	Financiamento exterior (estrangeiro)	Financiamento do Setor Financeiro (banca)
Dez. 2013	268,04	219,72	147,57	60,41
Dez. 2014	282,84	226,03	158,94	50,88
Dez. 2015	290,01	231,54	153,96	58,07
Dez. 2016	300,74	240,96	139,77	75,14
Dez. 2017	305,43	242,60	131,41	80,19
Jan. 2018	308,35	243,60	130,51	82,10
2013-2018	40,30	23,88	-17,06	21,68
2013-2015	21,97	11,83	6,39	-2,35
2015-2018	18,33	12,06	-23,46	24,03

FONTE: Boletim Estatístico nº 3, Março de 2018 - Banco de Portugal

Entre Dez.2013 e Jan.2018, a dívida total das Administrações Públicas aumentou em 40,3 mil milhões €, e na ótica de *Maastricht*, ou seja para a Comissão Europeia, que não inclui a totalidade da dívida, cresceu em 23,88 mil milhões €, tendo neste período diminuído o financiamento externo desta dívida em 17 mil milhões € mas aumentado o financiamento por parte da banca em 21,68 mil milhões €. Se dividirmos este aumento por governos, constatamos que, entre 2013 e 2015, portanto com o governo PSD/CDS a dívida total aumentou em 21,9 mil milhões €, e a dívida na ótica de *Maastricht* subiu 11,8 mil milhões €; e, entre 2015 e Jan.2018, já com o governo PS, a dívida total cresceu em 18,3 mil milhões €, e a dívida na ótica da Comissão Europeia aumentou em 12 mil milhões €. Face a estes dados do Banco de Portugal, conclui-se que a dívida pública não está a diminuir em Portugal como o governo pretende fazer crer. E isto apesar dos cortes significativos no investimento público, da degradação dos serviços públicos e da continuação do congelamento dos salários da Função Pública desde 2009.

Este elevado montante de dívida pública, que não para de aumentar em grande parte determinado pelo apoio fácil e maciço à banca, é uma autêntica bomba ao retardador. Em 2018, só os juros com a dívida das Administrações Públicas custarão ao O.E. 7.126 milhões €. Basta um aumento de um ponto percentual na taxa de juro (*passar de 2,3% para 3,3%*) para que os juros a pagar pela dívida pública aumentem em mais de 3.000 milhões €, o que determinará que superiores superiores aos encargos com o SNS (*este ano, está prevista a transferência de apenas 8.427,4 milhões € do OE em 2018 para o SNS; em 2017 foram 8.487.7 milhões €*).

Se quiser receber diretamente estes estudos envie mensagem para edr2@netcabo.pt

A DIVIDA TOTAL (Administrações Públicas, empresas públicas, empresas privadas e particulares) ATINGIA 757.940 MILHÕES € EM JANEIRO DE 2018

Não é só o Estado que está profundamente endividado. São também as empresas publicas e privadas e os particulares. E a uma parcela significativa desta divida é ao exterior com revelam os dados do Banco de Portugal constantes do quadro 2, o que aumenta a dependência do país ao estrangeiro e a capacidade deste para condicionar as opções políticas e o desenvolvimento presente e futuro de Portugal.

Quadro 2 – Divida total das diferentes entidades e divida ao estrangeiro

ANOS	DIVIDA TOTAL – mil milhões €					
	Administrações Públicas	Empresas Públicas	Empresas privadas	Particulares	TOTAL	Financiamento Exterior
Dez.2013	268,04	48,34	278,01	153,33	747,73	219,76
Dez.2014	282,84	45,77	268,99	148,51	746,12	223,87
Dez.2015	290,01	44,17	264,78	145,35	744,30	220,70
Dez.2016	300,74	43,96	260,66	142,08	747,45	212,90
Dez.2017	305,43	42,15	264,54	141,95	754,07	210,11
Jan.2018	308,35	42,85	265,04	141,71	757,94	208,80
2018-2013	40,30	-5,49	-12,97	-11,63	10,21	-10,96

FONTE: Boletim Estatístico nº 3, Março de 2018 - Banco de Portugal

A divida das Administrações Públicas, das empresas publicas e privadas e dos particulares era enorme em Janeiro de 2018 (somava 757.940 milhões €) e uma parte significativa (27,5%) desta divida – 208.800 milhões – era ao estrangeiro, embora se tenha verificado uma redução em todas as entidades com exceção das Administrações Públicas. Um sinal de um possível agravamento desta situação já muito difícil é revelado já pelos dados de Janeiro de 2018, em que é já evidente um crescimento de novo do endividamento. É evidente que qualquer aumento da taxa de juro (*e certamente acontecerá no futuro*) terá efeitos negativos muito significativos, pois causará o aumento de encargos para o Estado, para as empresas e para as famílias.

ENTRE 2016 E 2017 A “POSIÇÃO DO INVESTIMENTO INTERNACIONAL” AUMENTOU DE - 196.761 MILHÕES € PARA -204.069 MILHÕES €, TENDO-SE AGRAVADO A SITUAÇÃO LIQUIDA NEGATIVA

Um outro indicador da situação de dependência de Portugal ao exterior é o dado pela “POSIÇÃO DO INVESTIMENTO INTERNACIONAL”, que é a diferença entre o valor dos ativos que os portugueses (*peçoas singulares e coletivas*) possuem no estrangeiro, e aquilo que os estrangeiros (*peçoas singulares e coletivas*) possuem em Portugal.

Em 2016, o valor dos ativos de portugueses no estrangeiro somavam 330.921,5 milhões € enquanto o valor dos ativos pertencentes a estrangeiros em Portugal totalizavam 527.662,5 milhões €, portanto o que pertencia a portugueses no exterior era inferior ao possuído por estrangeiros em Portugal em 196.761 milhões €; em 2017, este valor aumentou para 204.069 milhões €, já que os ativos em Portugal pertencentes a estrangeiros subiram para 544.114,6 milhões € (+16.500M€), enquanto o de propriedade de portugueses no estrangeiro somavam 340.045,4 milhões € (+9.125M€)

Portugal é cada vez mais propriedade de estrangeiros, o que não é compensado por aquilo que os portugueses (*peçoas singulares e coletivas*) têm em outros países. São empresas estratégicas, são outras grandes empresas, são bancos e seguradoras, é divida publica portuguesa, etc., que pertencem já a grandes empresas multinacionais e a fundos estrangeiros, o que condiciona cada vez mais as opções políticas dos portugueses, o desenvolvido do país, e o futuro de todos os portugueses. Portugal é cada vez mais controlado por estrangeiros, e cada vez mais decisões nacionais são impostas aos portugueses pela U.E., que cada vez mais decidem por nós. E com o apoio dos sucessivos governos que têm encarado o domínio crescente estrangeiro com uma atitude colaborante. É uma realidade que não deve ser esquecida nem naturalizada, e que deve merecer uma grande reflexão por parte de todos os portugueses, pois cada vez menos somos donos do nosso país e do nosso futuro, já que as decisões mais importantes são tomadas por estrangeiros e, infelizmente, muitos não dão importância a isso.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt - 21-4-2018mais